INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM FOZ DO IGUAÇU: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO LOCAL

GIOVANNA LIBARDI FERREIRA MARTINEZ

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM FOZ DO IGUAÇU: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO LOCAL

GIOVANNA LIBARDI FERREIRA MARTINEZ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Maria Alejandra Nicolás

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

GIOVANNA LIBARDI FERREIRA MARTINEZ

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM FOZ DO IGUAÇU: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO LOCAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientadora: Prof. Dra. Maria Alejandra Nicolás
UNILA

_____
Prof. Dr. Amilton José Moretto
(UNILA)

_____
Profa. Dra. Eloiza Dal Pozzo
(UNILA)

Foz do Iguaçu, 5 de Agosto de 2025.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a):_____

Curso: _____

	Tipo de Documento
(…..) graduação	(…..) artigo
(…..) especialização	(…..) trabalho de conclusão de curso
(…..) mestrado	(…..) monografia
(…..) doutorado	(…..) dissertação
	(…..) tese
	(…..) CD/DVD – obras audiovisuais
	(…..) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

_____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: _____/_____/_____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported.**

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do Responsável

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

Dedico este trabalho a comunidade surda, que com força e persistência, lutam pelos seus direitos.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lutar, à minha orientadora, Professora Maria Alejandra, expresso minha mais sincera gratidão. Obrigada por sua dedicação, paciência e disponibilidade ao longo de todo o processo de orientação. Sua orientação firme, cuidadosa e generosa foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, contribuindo não apenas com seu vasto conhecimento, mas também com palavras de encorajamento nos momentos de incerteza. Agradeço por ter acreditado no meu potencial e por me guiar com sensibilidade e profissionalismo. Levo comigo não apenas o aprendizado técnico, mas também o exemplo de ética, comprometimento e paixão pelo que se faz

Agradeço, de forma muito especial, aos meus colegas de curso Samira Mattia e Gabriel Thierry. A convivência ao longo dessa jornada acadêmica, especialmente durante os desafios do TCC, foi fundamental. Sua parceria, apoio constante e incentivo nos momentos de maior dificuldade foram essenciais para que este trabalho se tornasse possível. Sou profundamente grata pela troca de ideias, pelas conversas, pelas risadas e, acima de tudo, pela amizade construída ao longo dessa caminhada. Levo comigo não apenas o conhecimento conquistado, mas também a certeza de que tive ao meu lado pessoas incríveis.

Aos meus pais, meu exemplo de força, dedicação e amor incondicional. Agradeço por todo o apoio, pelas palavras de incentivo nos momentos mais difíceis e por sempre acreditar em mim, mesmo quando eu mesma duvidei. Sua presença constante foi um dos pilares que sustentou essa caminhada.

Ao meu namorado, meu companheiro de todos os dias, obrigada por estar ao meu lado com paciência, carinho e compreensão. Seu apoio silencioso, seus conselhos e sua presença foram fundamentais para que eu mantivesse a motivação e seguisse em frente, mesmo diante dos desafios.

A todos vocês, minha eterna gratidão por tornarem essa conquista possível.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

RESUMO

Este trabalho se debruça em analisar os principais desafios para garantir uma educação inclusiva de qualidade nas escolas estaduais de Foz do Iguaçu, com foco na inserção de estudantes surdos no ensino regular, mais especificamente, nos Colégios Estaduais Bartolomeu Mitre (atual Colégio da Polícia Militar) e o Barão do Rio Branco. Para isso, realizou-se uma análise documental com base em legislações federais, estaduais e municipais, além de decretos, declarações e conferências internacionais que influenciam diretamente as políticas públicas de inclusão no Brasil. Também, foram realizadas entrevistas com profissionais da área da educação, a fim de identificar os obstáculos enfrentados no cotidiano escolar e compreender como essas políticas são aplicadas na prática. Os relatos dos entrevistados evidenciam a escassez de profissionais qualificados para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência auditiva, o que compromete a efetividade do processo inclusivo. Além disso, a partir das entrevistas com coordenador, professores, e aluna que fazem parte da comunidade surda da cidade de Foz do Iguaçu, é possível verificar a dificuldade encontrada quanto a capacitação e habilitação dos profissionais, sejam professores e/ou intérpretes, que muitas vezes não possuem conhecimento suficiente para que o ensinamento passado em sala de aula seja de bom proveito para o aluno surdo.

Palavras-chave: ensino público de qualidade; inclusão; políticas públicas educacionais; profissionais qualificados; escolas polo.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

RESUMEN

Este trabajo se centra en analizar los principales retos para garantizar una educación inclusiva de calidad en las escuelas estatales de Foz do Iguaçu, con especial atención a la integración de los alumnos sordos en la enseñanza regular, más concretamente en los colegios estatales Bartolomeu Mitre (actual Colegio de la Policía Militar) y Barão do Rio Branco. Para ello, se llevó a cabo un análisis documental basado en la legislación federal, estatal y municipal, así como en decretos, declaraciones y conferencias internacionales que influyen directamente en las políticas públicas de inclusión en Brasil. También se realizaron entrevistas a profesionales del ámbito de la educación, con el fin de identificar los obstáculos a los que se enfrentan en el día a día escolar y comprender cómo se aplican estas políticas en la práctica. Los relatos de los entrevistados evidencian la escasez de profesionales cualificados para atender las necesidades específicas de los alumnos con discapacidad auditiva, lo que compromete la eficacia del proceso inclusivo. Además, a partir de las entrevistas con el coordinador, los profesores y los alumnos que forman parte de la comunidad sorda de la ciudad de Foz do Iguaçu, es posible verificar la dificultad que se encuentra en cuanto a la formación y habilitación de los profesionales, ya sean profesores y/o intérpretes, que a menudo no tienen los conocimientos suficientes para que la enseñanza impartida en el aula sea de utilidad para el alumno sordo.

Palabras clave: enseñanza pública de calidad; inclusión; políticas públicas educativas; profesionales cualificados; escuela central.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

ABSTRACT

This study analyzes the main challenges in ensuring quality inclusive education in state schools in Foz do Iguaçu, focusing on the inclusion of deaf students in regular education, specifically at Colégio Estadual Bartolomeu Mitre (now Colégio da Polícia Militar) and Colégio Estadual Barão do Rio Branco. To achieve this, a documentary analysis was conducted based on federal, state, and municipal legislation, as well as decrees, declarations, and international conferences that directly influence inclusion public policies in Brazil. Additionally, interviews were held with education professionals to identify the obstacles faced in daily school life and understand how these policies are applied in practice. The interviewees' accounts highlight the scarcity of qualified professionals to meet the specific needs of students with hearing impairments, which compromises the effectiveness of the inclusive process. Furthermore, from the interviews with coordinators, teachers, and a student who are part of the deaf community in Foz do Iguaçu, it is possible to verify the difficulty encountered regarding the training and qualification of professionals, whether teachers and/or interpreters, who often do not have sufficient knowledge for the teaching provided in the classroom to be truly beneficial for deaf students.

Key words: quality public education; inclusion; public educational policies; skilled professionals; hub school.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de entrevistados 15
Quadro 2 – Barreiras de inclusão 34
Quadro 3 – Estratégias e programas 36
Quadro 4 – Papel dos atores chave 38

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APASFI	Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CER IV	Centro Especializado em Reabilitação
CF	Constituição Federal
CPM	Colégio da Polícia Militar
DA	Deficiência Auditiva
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NRE	Núcleo Regional de Educação
PME	Plano Municipal de Educação
PNEE	Política Nacional de Educação Especial
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VAAF	Valor Anual por Aluno
VAAT	Valor Anual Total por Aluno

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 14

3 DISCUSSÃO TEÓRICA DE POLÍTICA PÚBLICA 17

3.1 DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITO 17
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO 19
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DE SURDOS NO BRASIL 21

3.3.1 Educação de surdos no Brasil 24

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO PARANÁ 27

4.1 ENSINO DE SURDOS EM FOZ DO IGUAÇU 28
4.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM FOZ DO IGUAÇU 31
4.3 COLÉGIO MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU E BARÃO DO RIO BRANCO 32
4.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS 33

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 39

REFERÊNCIAS 43

APÊNDICES 46

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos surdos no ensino fundamental do sistema de educação regular é um desafio constante para a educação brasileira, especialmente em cidades com diversidade cultural, como Foz do Iguaçu. Esta cidade, localizada na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, apresenta uma rica mistura de culturas e línguas, o que torna a inclusão escolar um processo ainda mais complexo. Nesse contexto, a educação inclusiva visa garantir o acesso e a permanência de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais.

No entanto, apesar dos avanços legislativos e das políticas públicas voltadas para a inclusão, como a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, de 11 de setembro de 2001, que regulamenta o funcionamento regular das classes especiais, ainda existem inúmeras barreiras que dificultam a plena participação dos alunos surdos na educação regular. Entre essas dificuldades, destacam-se a falta de preparo dos profissionais da educação, a escassez de recursos didáticos adequados, e a ausência de intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais)[1] em muitas escolas. Essas questões impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a exclusão e o baixo desempenho acadêmico desses estudantes.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como o colégio Barão do Rio Branco e o Colégio Militar, escolas estaduais de Foz do Iguaçu estão se adaptando para atender às demandas específicas dos alunos surdos e quais são os principais obstáculos enfrentados nesse processo. Investigar as práticas inclusivas adotadas, bem como identificar as percepções de professores, alunos e familiares, é essencial para propor melhorias e garantir uma educação mais equitativa. O problema de pesquisa que norteia este estudo é: como a inclusão de alunos surdos está sendo implementada nas escolas estaduais de Foz do Iguaçu e quais são os principais desafios enfrentados por professores e estudantes nesse contexto?

Para responder a essa questão, o objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de implementação das políticas públicas de inclusão do aluno

[1] A LIBRAS é de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria. É a forma de comunicação e expressão de ideias e fatos, oriunda de comunidades de pessoas surdas do Brasil

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

surdo no ensino fundamental público na cidade de Foz do Iguaçu. E, portanto, os objetivos específicos dizem respeito a: revisão teórica de conceitos como inclusão social, legislação sobre pessoas com deficiência auditiva no Brasil e no município; levantamento de dados qualitativos sobre o processo de implementação dos programas de inclusão social de alunos com deficiência auditiva; refletir sobre o processo de inclusão do aluno com DA a partir de questões sobre profissionais alocados, recursos, infraestrutura, empecilhos e progressos.

A metodologia empregada neste trabalho será de caráter qualitativo, com a realização de entrevistas semiestruturadas com professores, alunos surdos, coordenador pedagógico e intérprete. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e para a construção de um ambiente escolar inclusivo em Foz do Iguaçu.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de entender o funcionamento do ensino dos surdos na educação estadual na cidade de Foz do Iguaçu, optou-se pela realização de um estudo de caso, para isso, foram escolhidos o Colégio Bartolomeu Mitre (atual Colégio da Polícia Militar), e o Colégio Barão do Rio Branco, por possuírem a maior concentração de discentes surdos matriculados na cidade de Foz do Iguaçu.

O método a ser utilizado nesta pesquisa é estudo de caso exploratório, que, segundo Yin (2001) é empregado em situações nas quais a intervenção analisada não apresenta um conjunto único e definido de resultados. Essa abordagem é especialmente indicada para pesquisas que contam com poucas referências na literatura e estudos prévios.

De acordo com Yin (2001, p. 21), a utilização do estudo de caso é crucial para aprofundar nosso entendimento dos acontecimentos em níveis individual, organizacional, social e político. Esta abordagem de pesquisa tem sido amplamente adotada em disciplinas como psicologia, sociologia, ciência política, administração, serviço social e planejamento, destacando-se como uma estratégia valiosa para investigação. Segundo Yin (2001), o estudo de caso:

> [...] representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa. (VENTURA, 2007, p. 384).

Ainda segundo Yin (2001), o estudo de caso possibilita uma análise que mantém intactas as características integrais e relevantes dos eventos da vida real, como os ciclos de vida individuais, os processos organizacionais e administrativos, as transformações em áreas urbanas, as relações internacionais e o desenvolvimento de setores específicos.

De acordo com Gil, Licht e Oliva (2005, p. 50), há diferentes tipos de estudos de caso, envolvendo elementos como fonte de evidências, procedimentos metodológicos, análise e interpretação dos dados. Os autores observam que, frequentemente, as obras dedicadas à elaboração de estudos de caso não fornecem orientações precisas quanto aos métodos analíticos a serem empregados, o que

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

reforça a necessidade de um delineamento metodológico rigoroso e fundamentado para garantir a qualidade e a credibilidade da pesquisa.

Isso ocorre porque, ao contrário dos experimentos e levantamentos, que possuem protocolos estatísticos bem estabelecidos, há uma escassez de fórmulas ou diretrizes definitivas para os pesquisadores seguirem. Em vez disso, é comum sugerir que a análise das evidências se adapte a um padrão existente ou que esse padrão seja desenvolvido durante o processo de pesquisa (Yin, 2001).

Foi escolhida a interpretação de dados, como método para esta monografia, visando analisar e compreender como se iniciou o processo de inclusão nas escolas de ensino estadual e como isso ocorre na prática, de acordo com a perspectiva de alunos inseridos no programa, de professores, intérpretes e de coordenadores da associação voltada para os surdos na cidade.

Além disso, é necessário entender como funciona e como é vista a implementação da inclusão para as autoridades estaduais e municipais. Para que esse entendimento fosse possível, foram realizadas algumas entrevistas dinâmicas, semipadronizadas, com questionamentos de acordo com a área, função ou participação do entrevistado quando o assunto é inclusão. O Quadro 1 apresenta a relação de entrevistas realizadas

Quadro 1. Relação de entrevistados

Ator entrevistado	Data da entrevista	Formato da entrevista	Duração
Aluna Surda	03/10/2024	Foi realizada uma chamada de vídeo e, a partir disso, foi transcrita para o português escrito.	10 minutos
Professora Surda	23/04/2024	Foi realizada uma chamada de vídeo e, a partir disso, foi transcrita para o português escrito.	20 minutos
Coordenador Pedagógico	25/03/2025	Foi realizada via aplicativo de mensagens, por meio de vídeos gravados, e a partir disso, foi transcrito para o português escrito.	40 minutos
Intérprete	29/04/2025	Foi realizada via aplicativo de mensagens por meio de áudios gravados, e a partir disso, foi transcrito para texto escrito.	40 minutos

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

As entrevistas foram realizadas com usuários e responsáveis pelo programa, sendo uma aluna surda, que estudou no Colégio Estadual Bartolomeu Mitre durante o Ensino Fundamental e Médio; e usuários que participam diretamente como provedores da execução do sistema de inclusão, sendo uma professora surda, que leciona para alunos ouvintes; uma intérprete de sala de aula, que auxilia na tradução do português falado à LIBRAS e vice versa; e o Coordenador Pedagógico da Escola Bilíngue de Surdos da cidade de Foz do Iguaçu, que acompanha a desenvoltura dos alunos que são incluídos nas escolas estaduais da cidade.

As perguntas foram elaboradas previamente em base à leitura da bibliografia consultada e objetivos deste trabalho, mas durante a conversa, foram aprofundadas e respondidas questões além da estrutura montada anteriormente. A partir dessa conversa, foi possível identificar como é realizada a parte burocrática e organizacional da implementação de escolas inclusivas no âmbito municipal, além de visualizar os métodos na prática, como funcionam e se são eficazes para a inclusão do aluno e professor surdo dentro da escola.

> Toda comunicação é composta por cinco elementos básicos: uma fonte ou emissão; um processo codificador que resulta em uma mensagem e se utiliza de um canal de transmissão. um receptor, ou detector da mensagem, e seu respectivo processo decodificador. (PUGLISI, FRANCO, 2005, p. 20).

O capítulo a seguir dedica-se à revisão teórica acerca do conceito de políticas públicas. Inicialmente, apresenta-se a definição do conceito, seguida da análise das perspectivas de inclusão no âmbito municipal. Na sequência, é traçado um breve histórico das políticas públicas de inclusão no Brasil, com o intuito de contextualizar sua evolução. Por fim, discutem-se as iniciativas governamentais voltadas à promoção da inclusão nas escolas públicas, com ênfase nas diretrizes e práticas adotadas no sistema educacional.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

3 DISCUSSÃO TEÓRICA DE POLÍTICA PÚBLICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma análise teórica das políticas públicas, com ênfase em seu conceito, desenvolvimento e aplicação no contexto social brasileiro, sendo apresentado o papel do Estado como agente formulador e executor dessas políticas.

O processo de integração de pessoas com deficiência em todo o ambiente escolar é mais adequado para ser definido quando inserido no contexto de políticas públicas. Por isso, algumas definições do que é uma política pública são apresentadas nesta parte do trabalho.

3.1 DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITO

Uma política pública é “[...] uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”. (SECCHI, 2014, p. 1).

Harold Dwight Lasswell (1956) citado por Agum, Riscado, Menezes (2015, p. 14) estabelece que "Policy Makers" refere-se à elaboração de um sistema lógico de organizações capaz de atender às necessidades específicas dos responsáveis pela tomada de decisões.

Em contrapartida, a definição de política pública atribuída a Thomas Dye (1984) citado por Agum, Riscado, Menezes (2015, p. 14), trata das decisões do governo sobre o que fazer ou não fazer. Essa visão encontra suporte no trabalho de Bachrachib e Barataz (1962) citado por Agum, Riscado, Menezes (2015, p. 14), intitulado "Two Faces of Power", publicado na American Science Review. O estudo argumenta que a decisão do governo de não intervir em determinado problema pode ser considerada uma forma de produzir políticas públicas.

Sob essa perspectiva, Agum, Riscado e Menezes (2015) destacam o desafio inerente à definição de políticas públicas, uma vez que tal delimitação pode restringir o escopo dessas ações para fins avaliativos. Reconhece-se, assim, que a implementação de políticas públicas atravessa múltiplos estágios e envolve diferentes atores. Os autores ressaltam ainda que uma abordagem teórica e conceitual deve priorizar uma compreensão abrangente dos processos de formulação e

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

implementação das políticas, enfatizando a relevância de considerar a influência exercida por diferentes grupos sobre o caráter político dessas iniciativas.

> Pode-se resumir política pública como o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças nos rumos ou cursos dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações para produção de resultados ou mudanças no mundo real. (AGUM, RISCADO e MENEZES, 2015, p. 16).

Dado que o campo de estudo em questão abrange diversas perspectivas, torna-se evidente que a elaboração de políticas públicas se concretiza através de projetos, planos e programas que requerem monitoramento e análise contínua. Isso ocorre porque o desenvolvimento e a implementação das políticas públicas estão sujeitos a mudanças que devem ser adaptadas às compreensões científicas e sociais. Para se tornarem políticas públicas efetivas, os problemas públicos precisam encontrar um equilíbrio entre eficiência técnica e viabilidade política, ainda segundo Agum, Riscado e Menezes (2015).

> Um sistema nacional de avaliação e monitoramento de políticas públicas pode ser definido como o resultado da aplicação de princípios, processos, procedimentos e práticas operativas e administrativas, destinadas ao desenvolvimento de um conjunto de ferramentas integradas pelas quais governos, cidadãos, organizações relacionadas com a vida pública, organizações internacionais, e qualquer ator relacionado com o processo político, podem fazer seguimento de resultados da implementação de políticas e programas públicos no decorrer do tempo. (TORRES, VIEIRA E JACOBOVSKi, 2021, p. 234).

Segundo Taylor (2007), o Poder Judiciário exerce uma influência substancial na formulação das políticas públicas: os tribunais moldam o que Schattschneider (1960) citado por Taylor (2007, p. 229) denominou de "definição das alternativas" pelo sistema político. Esse impacto é particularmente relevante no contexto latino-americano, onde especialistas levaram muitos anos após as transições dos regimes militares para reconhecer o papel dos tribunais na elaboração das políticas públicas e na governança. De acordo com Milani e Pinheiro (2013), as políticas públicas do Estado não nasceram dessa forma, isto é:

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

> Sua ontologia não está no Estado, mas nos governos e na sua interação, de intensidade e frequência variáveis a depender do compromisso da esfera política com a democracia, com as inúmeras instituições que compõem o governo e com os atores da sociedade. Em algum momento, portanto, as políticas de Estado foram, sem dúvida, políticas de governo. (MILANI; PINHEIRO, 2013, v. 35, p. 24).

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

De acordo com Deitos (2010, p. 209), a política educacional é vista como uma parte integrante da política social. As políticas públicas, que são diretamente estabelecidas e conduzidas pelo Estado, são entendidas, conforme discutido, como o produto de influências teórico-ideológicas e socioeconômicas e estão intimamente ligadas ao processo de geração e distribuição de riqueza na sociedade.

> A política educacional, particularmente a empreendida no Brasil a partir da década de 1990, é a articulação e a consumação de forças econômicas e políticas hegemônicas que sustentam proposições que revelam forte tendência predominante de cunho liberal ou social-liberal e definem significativamente os rumos das políticas públicas e da educação nacional. (DEITOS, 2010, p. 209).

A concepção e execução de políticas sociais e educacionais promovidas pelo Estado refletem as relações e tensões sociais em vigor. Essas políticas não representam simplesmente um ato de caridade social, mas sim uma manifestação das lutas de classe e das dinâmicas econômico-sociais presentes em uma sociedade específica e em seu contexto. A geração de riqueza é o cerne desse processo, sendo a produção e distribuição dessa riqueza as questões centrais em uma sociedade caracterizada por suas classes sociais (Deitos, 2010, p. 210).

A Declaração de Salamanca (1994) dispõe do direito fundamental da criança à educação, onde deve ser alcançado o nível apropriado de aprendizagem, por mais que cada criança possua sua característica única. A ideia central sustentada é que o acesso à escola regular deve ser garantido para estudantes com necessidades educacionais especiais, sendo prioritário que essas instituições estejam preparadas para adaptar o ensino de modo a contemplar as especificidades desses alunos (UNESCO, 1994). Na mesma Declaração, menciona-se que as escolas regulares que apresentam prescrição inclusiva possuam os métodos mais efetivos

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

para prevenir atos de discriminação. Inclusive que forneçam um ensino eficaz para uma grande parte de crianças e, nesse sentido, seja aperfeiçoada a eficiência e o custo da eficácia da rede de educação, inclusive combatendo toda e qualquer atitude discriminatória.

Também, nessa Declaração, se insta aos órgãos governamentais que priorizem a elaboração de sistemas educativos, a fim de incluir todas as crianças apesar de suas particularidades; a inserção do aluno em escolas regulares seja por meio de matéria de lei ou por política pública; promover a participação dos pais e responsáveis, comunidade e os alunos em si, de deliberações para tomada de decisões quanto ao serviços voltados às necessidades educativas especiais; garantir a formação dos professores visando a educação especial nas escolas inclusivas (UNESCO,1994).

A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia em 1990, expressa o direito que toda criança, jovem ou adulto tenha condições de desfrutar das oportunidades educacionais que visam o desenvolvimento das necessidades básicas de aprendizagem. Além disso, objetiva também o enriquecimento dos valores culturais e morais coletivos.

A referida Conferência ressalta a importância de universalizar o acesso à educação e promover a equidade, destacando que a oferta educacional deve contemplar todos os indivíduos, com foco na melhoria da qualidade e na ampliação do acesso para grupos historicamente marginalizados por estereótipos sociais, como mulheres e meninas. Ademais, assume o compromisso de enfrentar as desigualdades educacionais, garantindo o acesso à educação para os segmentos mais excluídos da sociedade — entre eles, povos indígenas, pessoas em situação de pobreza, residentes de periferias urbanas e zonas rurais —, além de direcionar atenção especial às pessoas com deficiência, mediante a adoção de medidas que assegurem igualdade de oportunidades no acesso ao ensino.

Segundo Paulo Souza (2018), esses dois eventos foram influenciadores pela criação das leis de educação inclusiva no Brasil, e impulsionar avanços legislativos visando a consolidação de uma educação que reconheça e respeite as particularidades da pessoa surda, garantindo que ela use sua língua natural do Brasil - a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DE SURDOS NO BRASIL

Em 1857 foi fundado o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) na cidade do Rio de Janeiro por Dom Pedro II, que se interessou pela educação dos surdos em razão de seu genro, Príncipe Luís Gastão de Orleans, ser parcialmente surdo.

> O INES, órgão integrante do Ministério da Educação, consiste em um centro nacional de referência no que diz respeito à educação de surdos no Brasil. A mistura entre as referências dos professores surdos, os surdos da época e a língua de sinais francesa deu origem à língua de sinais adotada no Brasil, o sistema de LIBRAS. (SANTOS, BATISTA, 2019, p. 66).

Porém, em 1880, ainda segundo Santos e Batista (2019, p. 66) houve um Congresso Internacional de Milão, onde foi votada a proibição do uso da língua de sinais em toda a Europa, e foi implementado o método oralista como forma única e exclusiva para ensino dos surdos, e adotado por diversos países, com influência do cientista Alexander Grahn, criador dos aparelhos auditivos. Apenas após dezesseis anos de estudos, Jean Itard, observou que o método oralista não trouxe benefícios e não apresentou avanços e benefícios para os surdos.

Segundo Santos e Batista (2019), a primeira Lei criada no Brasil que estabelece normas gerais e critérios básicos de acesso à acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, é a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Em seu artigo 18 dessa mesma Lei, dispõe-se:

> Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. (BRASIL. 2000).

Já em 2005, foi promulgado o Decreto 5.626, de 22 de dezembro que regulamenta a Lei nº 10.436, e o art. 18 da Lei nº 10.098, que expressa em seu artigo 3º, que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) deve ser deve ser incorporada como componente curricular obrigatório nos cursos de formação docente, tanto em nível médio quanto superior, bem como nos cursos de Fonoaudiologia, oferecidos por instituições públicas e privadas pertencentes aos sistemas de ensino federal, estadual, distrital e municipal. Esse processo de incorporação da LIBRAS como disciplina deve

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

se iniciar nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, e progressivamente, expandir-se para as demais licenciaturas.

Conforme dispõe o artigo 22 do Decreto nº 5.626/2005, devem ser assegurados dois modelos de atendimento educacional bilíngue, visando garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva: 1). Instituições e turmas bilíngues voltadas ao público surdo e ouvinte, com professores fluentes em Libras e Língua Portuguesa, voltadas à Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental; 2). Escolas bilíngues ou instituições da rede regular de ensino que atendam surdos e ouvintes nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação Profissional, com docentes capacitados nas diferentes áreas do conhecimento, sensíveis às especificidades linguísticas dos alunos surdos, além da atuação de tradutores e intérpretes de Libras–Língua Portuguesa.

A Lei nº 10.436 regulamenta a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi sancionada em 24 de abril de 2002, onde dispõe:

> Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2004).

A educação inclusiva é apresentada na Constituição (art. 208, III), e indica a necessidade e importância de um ensino acessível às pessoas com qualquer tipo de deficiência, seja física, visual, auditiva ou mental, garantindo uma educação de qualidade, com profissionais capacitados e estrutura especializada.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em seu artigo 26 diz que:

> [...] todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, art. 26).

De acordo com as análises de Garcia (2004), a inclusão educacional pode ser promovida por meio de diferentes abordagens. Isso pode incluir a manutenção de uma rede paralela de educação especial e dos atendimentos existentes na escola regular, a incorporação de certificações para o ensino

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

fundamental e profissionalizante dos alunos, ou a criação de serviços de apoio tanto para professores quanto para alunos nas turmas regulares.

A política nacional, mais especificamente a Resolução CNE/CEB 2/2001, citada por Garcia (2004), por um lado, organiza o acesso ao sistema escolar, assegurando os equipamentos, metodologias e profissionais necessários para a educação de pessoas com deficiência. Por outro lado, também organiza o acesso ao conhecimento, ao prever currículos flexibilizados de acordo com o desenvolvimento e as deficiências dos alunos, além de possibilitar uma "terminalidade específica" justificada pelas incapacidades dos indivíduos.

Machado (2008) indica que na questão da educação brasileira, há dados apresentados pelo Plano Nacional de Educação (Proposta da Sociedade Brasileira - 1997) relacionados ao agravamento da crise educacional, reforçada pelas políticas públicas implementadas pelo governo do país, as quais seguem as diretrizes para países em desenvolvimento estabelecida pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

De acordo com Paulo Liberalesso (2011), a deficiência auditiva é a condição sensorial mais comum entre os seres humanos, podendo resultar de diversas condições genéticas ou adquiridas, assim como uma ampla variedade de influências ambientais. No Brasil, existem atualmente 8,9% de pessoas com algum tipo de deficiência, de acordo com o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, e nele é demonstrado ainda, que aproximadamente 1,2% dos cidadãos brasileiros apresentam dificuldade em ouvir mesmo utilizando aparelho auditivo.

Cabe destacar a existência de decretos específicos voltados às pessoas com deficiência — sejam físicas, auditivas, visuais ou mentais — que instituem diretrizes sobre atendimento prioritário e acessibilidade. Um exemplo é o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, o qual estabelece que todos os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, bem como empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, devem assegurar atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 5º). Tais normativas visam garantir, por meio de políticas públicas, a inclusão e a acessibilidade plena desses indivíduos em diversas esferas da sociedade.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

3.3.1 Educação de surdos no Brasil

Segundo Mori e Sander (2015), nos anos de 1850, Dom Pedro II se interessou pelo ensino dos surdos em razão de seu genro ser parcialmente surdo, com isso, convidou o professor Ernest Huet, professor surdo francês, visando a abertura de uma escola para surdos. Em 1857 é fundado o INES, na cidade do Rio de Janeiro. Porém, como o professor Huet não era reconhecido como cidadão brasileiro, as famílias brasileiras não confiavam em seus ensinamentos e método pedagógico.

Na escola, era utilizada a língua francesa de sinais, trazida por Huet, e era mesclada com a língua existente no país, que originou a Língua Brasileira de Sinais, a LIBRAS (Mori e Sander, 2015). No Brasil, a LIBRAS retorna ao uso diário nos anos de 1980 e 1990, época em que as escolas ainda utilizavam o método do oralismo - que era o método que visava a fala dos surdos, ou o que almejava que os surdos se tornassem ouvintes, utilizando o meio de leitura labial e fala como língua materna - e a partir daí, os surdos viram um novo caminho, porém, a LIBRAS ainda não era oficial no Brasil.

Simultaneamente, aos eventos ligados aos surdos, havia um movimento dos Educadores Democratas em Defesa do Ensino Público, que visava mais atenção à educação no país, e reivindicava uma perspectiva mais democrática e cidadã, de valores como a honestidade, verdade, respeito e responsabilidade, segundo Mori e Sander (2015), a partir da Constituição de 1988, a prática democrática no Brasil passou a permear diversos âmbitos da sociedade, incluindo a educação especial e os movimentos surdos. Esse avanço resultou em maior participação e envolvimento de pessoas com deficiência e da sociedade em geral, promovendo a busca pela acessibilidade e inclusão.

O artigo 205 da Constituição Federal (CF) de 1988, expõe que a educação é um direito de todos e uma responsabilidade tanto do Estado quanto da família. Ela deve ser promovida e incentivada com a ajuda da sociedade, com o objetivo de desenvolver ao máximo a pessoa, prepará-la para exercer sua cidadania e qualificá-la para o mercado de trabalho. A CF em seu artigo 208, inciso III, apresenta que isso será efetivado a partir da garantia do oferecimento de atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

Na Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases (LDB), no Capítulo V, artigo 58, apresenta-se o entendimento referente à Educação Especial. Informa-se que é o tipo de ensino oferecido, preferencialmente, na rede regular de escolas, para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação. Em seu artigo 59, é assegurado aos discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação:

> I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV- educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V- acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996).

Em 2020, assinou-se o Decreto nº 10.502/2020 que instituiu a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, de acordo com o Portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

> A expectativa da PNEE 2020 é que a área da educação especial possa fundamentar-se, de modo cada vez mais amplo e profundo, nas evidências científicas. Convém explicitar que a educação baseada em evidências está fundamentada no conhecimento oriundo de pesquisas científicas conduzidas com rigor metodológico, o que possibilita aos educadores identificar métodos e práticas eficientes para suas práticas interventivas no cotidiano escolar. (BRASIL, 2025).

Ainda segundo o PNEE, é importante que os professores que trabalham na educação especial entendam a importância de conhecer as práticas que já foram comprovadas por estudos científicos. Além disso, é fundamental que eles adotem uma postura de avaliação dos resultados do seu trabalho, buscando evidências que confirmem o sucesso das suas intervenções. Dessa maneira, as experiências que tiveram bons resultados devem ser compartilhadas e inspirar outras ações similares.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

A PNEE 2020 destaca a importância de oferecer intervenção pedagógica desde a educação infantil no atendimento educacional especializado, especialmente para crianças que apresentam atraso ou transtornos no neurodesenvolvimento.

> II – educação bilíngue de surdos – modalidade de educação escolar que promove a especificidade linguística e cultural dos educandos surdos, deficientes auditivos e surdocegos que optam pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras, por meio de recursos e de serviços educacionais especializados, disponíveis em escolas bilíngues de surdos e em classes bilíngues de surdos nas escolas regulares inclusivas, a partir da adoção da Libras como primeira língua e como língua de instrução, comunicação, interação e ensino, e da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. (BRASIL, 2025).

Os surdos possuem direito de optar por sua língua, a LIBRAS, como língua de comunicação, interação, instrução e ensino no processo educacional, segundo o PNEE, mesmo que a Língua de Sinais seja uma modalidade visuoespacial, ela possui todas as especificidades das línguas orais, o que a torna uma língua natural. A LIBRAS é tida como língua materna, e o português como segunda língua, e em razão de muitos surdos não possuírem acesso à primeira língua desde a infância, é que se observa a importância da educação bilíngue desde o ingresso na escola.

O acesso à educação bilíngue também é assegurado pelo PNEE 2020, que apresenta a política educacional equitativa, que leva em consideração as particularidades dos surdos e valoriza seus direitos, atendendo de maneira completa, eficiente e às demandas da comunidade surda no Brasil, oferecendo a possibilidade de estudar diretamente em sua língua de sinais e garantir um aprendizado constante.

> III – política educacional equitativa – conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias e diferenciadas para que todos tenham oportunidades iguais e alcancem os seus melhores resultados, de modo a valorizar ao máximo cada potencialidade, e eliminar ou minimizar as barreiras que possam obstruir a participação plena e efetiva do estudante na sociedade. (BRASIL, 2025).

A PNEE apresenta que o direito à educação inclusiva não é somente o ato da matrícula, mas a permanência e o conhecimento para todos os alunos das escolas regulares, é um direito irrevogável e deve ser acompanhado com qualidade. Porém, caso a escolha da família ou do aluno seja da matrícula em escolas especializadas - ou seja, não regulares - tais direitos também são garantidos.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO PARANÁ

Conforme destacado por Machado e Vernick (2013), houve divergências entre as diretrizes estabelecidas pelo governo do Estado e aquelas propostas pela PNEE, resultando em mobilizações de diferentes segmentos sociais em prol da manutenção das instituições especializadas. Baseado no critério de que o processo de inclusão escolar é formado mediante uma estável rede de apoio aos alunos, pais e profissionais da área da educação, as ações do Núcleo Regional de Educação do Estado do Paraná retomam a centralidade do Poder Público em relação a seriedade do acompanhamento das necessidades educacionais especiais dos discentes. Essa rede de apoio se daria através de recursos humanos, técnicos, tecnológicos e materiais para dar suporte e complementar as práticas realizadas no ensino usual.

Segundo Rosseto e Piaia (2015, p. 102), a partir do documento auxiliar da Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, em 2009 foi colocada em pauta, a parceria entre as Secretarias Municipais de Educação e as instituições especializadas conveniadas, visando retomar o trabalho simultâneo e planejado entre o Poder Público e a sociedade civil.

Ainda segundo esse documento, não há um acordo no meio social referente às opiniões e as práticas de inclusão, é possível considerar a aplicação de três tendências sobre a maneira de praticar o movimento de inclusão, hoje em dia, em sala de aula, que divergem entre natureza, princípios e formas de concretização: 1. Denominado de inclusão condicional, que remete a forma conservadora de que apenas com professores capacitados, escolas adaptadas e a inserção de um auxiliar por sala, por exemplo, afirmações as quais impedem o direito de acesso e permanência desses discentes na escola; Inclusão total ou radical, se refere a defesa do direito da pessoa com deficiência, e da inclusão sem restrição a todos os discentes no ensino regular; Inclusão responsável, que retrata na geração de oportunidades adequadas de acesso para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, além da preservação de condições fundamentais para a permanência na escola e aprendizado, o que é reflexo da reestruturação de políticas públicas e das estratégias educativas.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

Em 2015 foi instituída a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que assegura os direitos da pessoa com deficiência, além de promover, de forma igualitária, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, com o objetivo de garantir sua inclusão na sociedade e seu reconhecimento como cidadãos. Para fins desta Lei,

> Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 2015).

A educação é um direito da pessoa com deficiência, isso significa que ela deve ter acesso a um sistema de ensino que seja inclusivo em todos os níveis, garantindo aprendizado ao longo de toda a vida. O objetivo é ajudar cada pessoa a desenvolver ao máximo seus talentos e habilidades, sejam físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais, levando em conta suas características, interesses e necessidades de aprendizagem, aplicando métodos e transformando um sistema educacional em um sistema de qualidade e inclusiva, dentre eles, a oferta de profissionais de apoio escolar; nesse caso, a oferta de educação bilíngue, com a LIBRAS como primeira língua e a língua portuguesa para o método escrito.

4.1 ENSINO DE SURDOS EM FOZ DO IGUAÇU

O ensino inclusivo na cidade de Foz do Iguaçu foi implementado após a publicação da Resolução Secretarial nº 1347, no dia 07 de julho de 1981, que outorgava o funcionamento regular das classes especiais, as quais possuíam uma quantia de 10 estudantes, em um espaço cedido pela Escola Estadual Bartolomeu Mitre com a supervisão e orientação da professora Vera Sabag, de acordo com o PPP da escola Lucas Silveira.

Ao nascer, todas as crianças são submetidas à Triagem Auditiva Neonatal, popularmente conhecida como “teste da orelhinha”, com o objetivo de

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

identificar precocemente possíveis perdas auditivas. Atualmente, as famílias cujos filhos apresentam alterações na triagem são encaminhadas ao Centro Especializado em Reabilitação (CER 4), onde são iniciadas as intervenções adequadas, como orientação familiar, adaptação de aparelho auditivo, indicação de implante coclear e acompanhamento fonoaudiológico.

A sugestão para matrícula em uma escola especializada para surdos, como a APASFI (Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu), depende do grau de perda auditiva apresentado no laudo médico e da decisão da família. Em casos específicos, estudantes surdos mais velhos, que chegam ao município por transferência ou outros motivos pessoais, já estão inseridos nas escolas regulares da rede municipal, quando identificados, esses alunos são encaminhados pela equipe pedagógica para avaliação e possível inclusão na escola especializada.

Caso a família opte pela matrícula na APASFI, é realizado um acolhimento inicial conduzido por uma equipe técnica composta por fonoaudióloga, pedagogo, assistente social e um adulto surdo. Durante esse momento, é feita uma apresentação institucional, com a exposição do ambiente escolar, dos alunos e professores. Em seguida, realiza-se uma anamnese, por meio de entrevista detalhada, com o intuito de compreender o histórico do aluno.

A decisão pela matrícula é de responsabilidade da família, bem como a continuidade ou não do acompanhamento fonoaudiológico. É importante destacar que a Escola de Surdos de Foz do Iguaçu não oferece serviços de reabilitação auditiva, atuando com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e o português escrito como segunda língua.

Em Foz do Iguaçu, a APASFI (Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu) oferece a educação para crianças até o 5º ano do ensino fundamental I, com professores concursados ou contratados através de processo seletivo simplificado, eles possuem preparo e familiarização com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

O aluno apto a avançar de grau, do ensino infantil para o ensino fundamental, é matriculado nas escolas estaduais da cidade, são elas: Colégio da Polícia Militar – antigamente conhecido como Colégio Estadual Bartolomeu Mitre –, Colégio Estadual Barão do Rio Branco, onde passam a estudar com alunos e professores ouvintes, com o auxílio de um intérprete especializado na

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), estes colégios atuam com a educação inclusiva de alunos surdos, desde o ano de 1999.

A distribuição dos recursos financeiros, conforme estabelecido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), é realizada pelo Tesouro Nacional e pelos órgãos fazendários dos governos estaduais, com repasse ao Banco do Brasil. Este, por sua vez, efetua a subdivisão automática dos recursos, mediante crédito em favor dos Estados e Municípios beneficiários, em conformidade com as normas do art. 2º da Portaria Conjunta nº 02, de 15 de janeiro de 2018, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo FNDE. Ressalta-se que a legislação exige a manutenção de conta única, aberta e mantida no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal.

O cálculo para distribuição destes recursos é baseado nas arrecadações das receitas que integram o Fundeb, as quais apresentam oscilação em razão do próprio comportamento da atividade econômica. Ainda segundo o portal do Fundeb:

> De qualquer modo, o valor arrecadado, a ser distribuído às contas específicas do Estado e seus Municípios, em uma determinada Unidade Estadual, é multiplicado por um coeficiente de distribuição de recursos, calculado para vigorar em cada ano, em cada Estado e em cada Município, obtendo-se, com esse cálculo, o valor devido a cada governo, proveniente daquele montante de recursos a ser distribuído. Esse procedimento é repetido a cada vez que se tem um valor a ser distribuído. (TCESP, 2021, p. 10).

Para cada estado, é determinado um valor anual por aluno (VAAF) considerando a projeção de receita do Fundeb naquele estado específico. Esse cálculo leva em conta o número de estudantes matriculados na educação básica, englobando modalidades como regular, especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA), integral, indígena e quilombola, em escolas públicas estaduais e municipais. Essa avaliação utiliza os dados mais recentes do Censo Escolar e incorpora os fatores de ponderação estabelecidos para cada etapa, modalidade e tipo de estabelecimento na educação básica.

Conforme estabelece a Lei nº 14.133, de 25 de dezembro de 2020, em seu art. 7º, § 3º, alínea d, a educação especial, nos termos do § 3º do art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é ofertada por instituições especializadas dedicadas exclusivamente a essa modalidade de ensino. O objetivo primordial consiste em proporcionar atendimento educacional especializado em turno complementar aos estudantes matriculados na rede pública de educação básica,

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

incluindo o suporte integral para discentes com deficiência, devidamente atestada por avaliação biopsicossocial periódica, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, conforme determina a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Tal iniciativa visa, sempre que possível, promover a inclusão do estudante na rede regular de ensino, assegurando o pleno direito à educação e à aprendizagem ao longo de todo o percurso escolar.

4.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM FOZ DO IGUAÇU

No ano de 2024, em Foz do Iguaçu, foi alterado o Anexo Único da Lei nº 4.341, de 22 de junho de 2015, que autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a aprovar o Plano Municipal de Educação do Município de Foz do Iguaçu - PME - e dá outras providências, e altera as estratégias.

As estratégias da Lei Ordinária 5831/2024, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394/1996; Parecer nº 17/01 – CNE, do Conselho Nacional da Educação; Decreto Federal nº 7.611/2011, Resolução nº 04/2009 -CNE/CEB, do Conselho Nacional da Educação, se baseiam em preservar, auxiliar e custear as Salas de Recurso Multifuncionais e Classes Especiais na Modalidade de Educação Especial no ensino regular voltada para o campo das deficiências intelectuais, deficiências visuais, auditivas, física motora, transtornos em geral, conforme necessidade para o atendimento qualificado.

Além disso, a Lei dispõe da disponibilização da formação continuada em educação especial, para os profissionais que atuam nesta modalidade, além de acrescer na quantidade de profissionais que possuam graduação ou especialização em Educação Especial para atuação na rede Municipal de Educação Infantil, para assistir os alunos com necessidades educacionais especiais.

E por fim, ela garante a oferta da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como primeira língua e a língua portuguesa como língua na forma escrita, para alunos entre 0 e 17 anos, em colégios, CMEI’s, escolas e esferas bilíngues, estendendo-se à Escolas Regulares.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

4.3 COLÉGIO MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU E BARÃO DO RIO BRANCO

Nesta seção são apresentadas as escolas que recebem alunos com deficiência auditiva na cidade, mediante matrícula anual, para que estes tenham, como toda criança e adolescente, acesso ao ensino público de qualidade.

O atual Colégio Militar, situado na região central de Foz do Iguaçu e anteriormente denominado Colégio Estadual Bartolomeu Mitre, destacou-se como pioneiro ao estabelecer uma parceria entre a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu (APASFI) e o Núcleo Regional de Educação. Essa iniciativa resultou na criação de uma escola polo para estudantes surdos, facilitando sua inclusão efetiva no ensino fundamental a partir do 6º ano. Dessa forma, os estudantes surdos puderam progredir para séries subsequentes acompanhados dos seus pares, promovendo a integração com estudantes ouvintes e fortalecendo vínculos essenciais para o desenvolvimento psicossocial.

Em 2019/2020, com a implementação do Programa Colégio Cívico-Militar, que é, segundo o Portal da Secretaria da Educação, uma parceria entre a Secretaria Estadual da Segurança Pública e a Secretaria Estadual de Educação, que visa dispor de uma educação com mais qualidade, além de aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, contando com o apoio dos militares do Estado do Paraná, a supervisão dos processos educacionais, pedagógicos e administrativos, a comunidade discente surda, pais e alunos após várias reuniões com o núcleo regional, optaram pela descentralização, dessa forma, os surdos puderam escolher colégios próximos de sua residência, com o acompanhamento do intérprete, isso ocasionou isolamento da comunidade surda.

Os alunos que estavam no Colégio Mitre, e que seus responsáveis aceitaram, puderam continuar seus estudos no atual Colégio Militar até o encerramento do ensino médio, a partir da implementação através de concurso, os surdos já não eram mais encaminhados por meio de reserva de vaga para o Colégio Militar, estando livres para escolherem outros colégios de preferência.

Em relação ao Colégio Barão, localizado no Jardim Polo Centro da cidade de Foz do Iguaçu, a escolha se deve ao fato de surdos, ao se formarem no ensino fundamental, e por influência dos professores ouvintes, optaram pelo magistério. Em 2001, duas alunas surdas se formaram como professoras e no ano

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

seguinte mais quatro alunos surdos também conquistaram esse título e a partir daí vários surdos passaram pelo colégio.

Quando houve a descentralização do Colégio Mitre, pais e responsáveis e a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu (APASFI), chegaram a cogitar, junto ao núcleo, a possibilidade de levar o polo para esse local, porém os pais optaram que os filhos ficassem próximos de suas residências e no contraturno eles frequentassem a APASFI para que pudessem interagir com os pares.

4.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

O Quadro 2 apresenta as barreiras de inclusão na visão dos entrevistados, e a partir dele, é possível identificar como a pouca quantidade de profissionais atuantes prejudica diretamente a inserção do aluno surdo na escola. Além disso, os profissionais sem capacitação adequada para que a educação do aluno seja eficiente e de boa qualidade também prejudicam a estrutura inclusiva nos colégios. A professora entrevistada apresenta que “[...] existe um desfalque de intérpretes nas escolas, na situação de uma turma possuir e outra não durante um longo período” (Professora), segundo ela, a inclusão é boa e o intérprete é essencial no apoio em sala de aula, mas que depende se ele “consegue transcrever o que o professor ouvinte precisa passar; até depende da comunicação entre o surdo e o ouvinte”. (Professora).

Quadro 2. Barreiras de Inclusão

Tipo de barreira	**Ator entrevistado**			
	Aluna Surda	**Professora Surda**	**Coordenador Pedagógico**	**Intérprete**
Falta de intérpretes:	Falta preparo desses profissionais	Sim, existe essa barreira	Existem profissionais, mas poderia haver contratação de mais	Expressa que existem profissionais capacitados
Falta de capacitação em LIBRAS	Muito material e conteúdo escrito	Professores ouvintes não sabem sinalizar	Expressa que os ouvintes não querem ou não conseguem realizar interação	Indica que há professores ouvintes capacitados

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

Isolamento	Indica que muitos ouvintes menosprezam os surdos, afastando-os no cotidiano	Sim, acontece	Como não há interesse do ouvinte na conversa com o surdo, há o isolamento	Muitos alunos se sentem isolados quando há apenas ele como surdo na escola, interagindo muitas vezes apenas com o intérprete – e nem sempre ocorre essa atitude amigável

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

A professora expõe ainda que os professores ouvintes não sabem LIBRAS, o que também é uma barreira no ensino regular, e que "[...] seria ideal um curso para esses docentes, facilitando a comunicação entre eles e os discentes" (Professora), até mesmo com outros professores que são surdos, o que possibilitaria na facilidade de compreensão dos conteúdos pelos alunos surdos.

A aluna entrevistada, explica que:

> [...] dentro de sala de aula, é apenas cópia do conteúdo que está escrito em quadro negro, e que os intérpretes, por diversas vezes, não possuem o conhecimento adequado dos conteúdos para repassar a explicação, e em alguns casos, permanecem com dúvidas por falta de comunicação entre o intérprete e o professor. (Aluna).

O Coordenador Pedagógico da APASFI pontuou que atualmente, os alunos surdos podem escolher a escola que eles desejam ingressar, em razão da localização, facilidade de acesso ou onde possam estar junto a seus pares, inclusive sendo em turmas/séries diferentes, pois dessa forma, há possibilidade de interação. Porém, com alunos menores, isso vai depender da família e das condições de locomoção e logística familiar, o que ocasiona, muitas vezes, o isolamento do aluno surdo, que só interage com o intérprete de LIBRAS.

Como em Foz do Iguaçu são poucos os surdos, temos uma média de 300 surdos na cidade, com isso, a inclusão apresenta uma série de obstáculos, como informado no Quadro 2, pois os ouvintes não conseguem fazer essa interação, ou não tem vontade, agravando ainda mais a não inclusão escolar.

A intérprete entrevistada, atua no sistema estadual de ensino, e expressa que a escola onde atua, dispõe de uma excelente estrutura para receber os alunos surdos, ou seja, apresenta professores capacitados, intérpretes para apoio,

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

sala de recurso. Conforme, o Quadro 3, as estratégias e programas podem aprimorar e trazer muitos benefícios à educação dos alunos surdos, são, entre elas, a formação de professores, a criação de escolas polo, e outros métodos que podem facilitar a inclusão nas escolas.

Quadro 3. Estratégias e programas

Aluna Surda	Professora Surda	Coordenador Pedagógico	Intérprete
Curso de LIBRAS para os professores ouvintes.	Aplicativo handtalk. Cursos de LIBRAS para os professores	Criação de escola polo. Cursos de LIBRAS para ouvintes	Formação de mais intérpretes. Criação de escola polo.

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

Conforme o Quadro 3, na visão da aluna entrevistada e do coordenador, a aplicação de cursos de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para pessoas ouvintes, sejam eles professores, alunos, equipe pedagógica, e cidadãos em geral, seria um grande benefício para as escolas, por efetivar a inclusão de modo que os alunos consigam se comunicar com mais facilidade.

Na opinião do coordenador, o governo do Estado pode melhorar essas escolas ditas inclusivas, através de contratação de intérpretes fluentes, cursos de LIBRAS gratuitos para estudantes ouvintes, professores, coordenadores, agentes, diminuindo assim, as barreiras de comunicação. Também poderia optar por uma escola polo, onde os surdos pudessem estudar todos juntos, no mesmo espaço escolar, onde dessa forma, estariam em contato constante com sua comunidade, utilizando sua língua mãe e estariam verdadeiramente aplicando a inclusão, pois os ouvintes estariam em contato com a LIBRAS em ambiente natural, vendo, aprendendo e utilizando.

> [...] por esse motivo, a escola bilíngue Lucas Silveira, unidade mantida pela APASFI, oferta o apoio pedagógico no contraturno para alunos surdos que frequentam as escolas estaduais. Na escola bilíngue, os sujeitos surdos interagem com seus pares em sua língua materna, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), os professores e funcionários bilíngues, colaboram para que esses alunos realizem atividades de reforço escolar, socialização, interação e troca de experiência, o que na escola inclusiva, não acontece. (Coordenador).

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

Em Foz do Iguaçu, nos anos 2000, essa escola polo era no colégio Bartolomeu Mitre, e por muitos anos, contribuiu para que essa inclusão surdos e ouvintes acontecesse. Havia também, a presença da APASFI, que colaborava e participava ativamente para que o aluno surdo fosse respeitado em sua língua e experiências.

Esse modelo de Escola Polo, centralizadora de conhecimentos diversos foi extinto com a criação do Colégio da Polícia Militar (CPM). Nesse sentido, alguns surdos optaram em seguir o modelo novo de escola militar, porém, a maioria optou por outras escolas.

Já na opinião da professora entrevistada,

> [...] a Inteligência Artificial é um meio que incentiva e/ou ajuda no ensino dos alunos surdos na falta de intérprete, como pauta, existe um aplicativo chamado handtalk, já em uso por muitos surdos no dia a dia, porém, segundo ela não valorizam a Língua, portanto, não é um meio confiável, pois não possui os sinais adequados e nem movimento. No aplicativo aparenta ser "falso", existem muitas falhas, podendo ser comparado com o chamado "português sinalizado", por essa razão, o presencial transmite mais verdade no movimento dos sinais e linguagem corporal e facial. (Professora).

Em relação a implementação de um curso de LIBRAS para os docentes ouvintes, disponibilizado pelo Núcleo Regional de Educação da cidade, segundo ela,

> [...] é viável em alguns casos, pois o professor e o intérprete precisam estar alinhados em sala de aula, principalmente no caso de adaptação de explicação para o aluno surdo, para que fique claro e o intérprete consiga acompanhar a explicação, já que o professor possui conhecimento específico de determinada disciplina e o intérprete não, para que a transcrição fique objetiva e didática para o aluno surdo, é necessário que seja adaptado. Nesse caso, o intérprete também precisa estar atento e ciente dos sinais específicos das matérias, caso haja, sendo interessante até um curso para esse profissional com abordagem dos sinais de cada disciplina, sediado pelo NRE, em conjunto com docentes e intérpretes. (Professora).

Na opinião da intérprete entrevistada, a maior dificuldade com os alunos surdos, é eles não terem um bom relacionamento com seu intérprete, pois, quando há apenas um aluno surdo, ele se isola, e é onde o intérprete se mostra companheiro, estudando junto, conversando, dando seu melhor para que o surdo seja bem incluído na escola. A sugestão dela de ação para melhorar a educação inclusiva, nesse sentido, seria a formação de mais intérpretes e professores para AEE; a criação

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

de um polo, onde esses alunos possam ser recebidos em bairros maiores, como o Centro, o Morumbi, o Porto Meira, o Três Lagoas.

Quadro 4. Papel dos atores chave

Professora Surda	Coordenador Pedagógico	Intérprete
Alta rotatividade de intérpretes ou falta deles.	Alta rotatividade de professores e intérpretes.	Alta rotatividade de professores e intérpretes.
É necessária uma luta diária dos familiares.	Muitas vezes, as leis de inclusão são ignoradas pelos gestores escolares. A comunidade precisa lutar constantemente para que haja respeito.	A reivindicação para criação de escolas com respeito.

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

No Quadro 4 é possível visualizar que a alta rotatividade de intérpretes pode causar um problema para a compreensão do aluno, em razão de que, cada profissional possui uma forma de repassar o conhecimento. Na opinião da professora, essa luta familiar, com os pais e responsáveis participando ativamente na política pública, reivindicando os direitos, também é necessária, principalmente para a contratação de mais profissionais, por ser uma situação recorrente nas escolas da cidade, além da reivindicação por uma educação respeitosa e de qualidade, ponto de vista que é compartilhada pela intérprete entrevistada, a qual também expõe que é necessário um empenho da comunidade em geral para que as escolas se tornem mais acessíveis, mais inclusivas e com mais habilitação.

Sobre as leis de inclusão, de acordo com o Coordenador Pedagógico, na maioria das vezes, são ignoradas pelos próprios gestores escolares. A comunidade, em especial, os pais, precisam lutar constantemente para que se respeitem as leis e decretos, ele expõe também que muitas vezes, os núcleos regionais e as escolas ficam presas, aguardando a solução dos gestores, os quais não reconhecem os direitos dos surdos, e atrasam, assim, a abertura de processos para intérpretes e não intervém na alta rotatividade de professor, prejudicando o avanço da inclusão dentro das escolas.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

De acordo com Pereira e Oliveira (2016), a rotatividade de docentes nas instituições escolares pode ser atribuída a uma variedade de fatores, que incluem desde processos de mobilidade interna nas redes e no sistema de ensino, motivados por razões de ordem pessoal ou profissional, como a busca por melhores condições de trabalho ou maior conveniência geográfica, até a decisão pelo abandono definitivo da carreira docente.

Na opinião da Intérprete entrevistada, mesmo que haja uma alta rotatividade de intérpretes e professores de sala de aula, há uma boa comunicação e um bom desenvolvimento dos alunos, porém, essa situação pode causar falha de comunicação entre aluno e profissional, ou até mesmo causar estranheza entre ambos, dificultando a aprendizagem. A entrevistada defende a criação de escolas que tenham como principal objetivo, o respeito e a educação inclusiva, alcançando a qualidade almejada.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar e refletir sobre a educação dos alunos surdos na cidade de Foz do Iguaçu, investigando sobre as políticas públicas do Brasil e do Estado do Paraná, além de analisar referente a habilitação dos profissionais envolvidos no ensino desses discentes, as estratégias abordadas em sala de aula e a inserção de novas escolas polo na cidade.

Em um ponto relevante, foi analisada a questão da apresentação do direito da criança à educação na Declaração de Salamanca (1994), a qual também é de importância para a política pública brasileira no incentivo à uma educação bilíngue adequada aos alunos, pois, a partir dela, é possível visualizar que os órgãos governamentais precisam intervir diretamente para que os profissionais envolvidos sejam qualificados e habilitados para ensinar e repassar os conhecimentos dentro de sala de aula, e que a participação dos pais e familiares é de valia para o alcance de uma educação fluída e de bom proveito. Além disso, a Conferência Mundial de Educação para Todos, também desperta a universalização do acesso à educação e a promoção da equidade, evento que auxiliou o governo brasileiro a entender as particularidades do indivíduo surdo, garantindo acesso a sua língua materna, e o uso do português como segunda língua dentro da escola.

Além disso, foram analisadas as Leis que abrangem o ensino inclusivo bilíngue em âmbito federal, estadual e municipal, que visam garantir uma educação de qualidade e de alcance de todos os que precisam utilizá-la. Neste sentido, a implementação de políticas públicas voltadas à educação bilíngue, como o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), a Lei 10.098/2000, que garante as normas de acessibilidade, a Lei nº 10.436/2002, que regulamenta o uso da LIBRAS no Brasil, além da Política Nacional de Educação Especial (PNEE), foram conquistas e avanços importantes para que essa garantia de direito seja alcançada no Brasil.

No que diz respeito ao Paraná e à cidade de Foz do Iguaçu, instituíram leis que visam a garantia do acesso à educação inclusiva nas escolas, como a Lei nº 13.146/2015, que garante os direitos da pessoa com deficiência, e a Resolução nº 1347/1981, que outorga o funcionamento regular das classes especiais, também foram de grande valia para o alcance da educação de qualidade para os alunos.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

A partir da entrevista realizada com o coordenador, constatou-se a inexistência de profissionais qualificados para atender à demanda de alunos surdos nas escolas. Segundo ele, a solução para essa deficiência seria a abertura de processos seletivos para a contratação de mais professores e intérpretes especializados. Ademais, o coordenador observa que a maioria dos alunos ouvintes demonstra pouco interesse na interação com os colegas surdos, o que contribui para o isolamento desses estudantes. Ele também destaca que os gestores escolares frequentemente não cumprem as legislações de inclusão, o que acarreta dificuldades tanto na infraestrutura quanto no efetivo direito à inserção dos alunos surdos no ambiente escolar. Como forma de promover a melhoria da qualidade do ensino para surdos em Foz do Iguaçu, o coordenador sugere a criação de escolas polo, que acolham crianças e adolescentes surdos, facilitando o contato entre eles e disponibilizando profissionais para auxílio nas tarefas de casa e reforço dos conteúdos ministrados em sala de aula. Por fim, enfatiza a importância da implementação de cursos de Libras para ouvintes, professores e demais funcionários das escolas, a fim de favorecer a comunicação entre todos os integrantes da comunidade escolar.

Sob a perspectiva da professora entrevistada, que integra a comunidade surda da cidade, as principais barreiras à inclusão no ensino em Foz do Iguaçu são a escassez de intérpretes e a falta de capacitação dos professores ouvintes em Libras. Tais fatores contribuem significativamente para o isolamento dos alunos surdos no ambiente escolar. A docente ressalta que a ausência desses profissionais — ou a alta rotatividade entre eles — pode comprometer a compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula, gerando prejuízos ao processo de aprendizagem dos estudantes surdos. Como forma de reverter esse cenário, ela defende a contratação de professores e intérpretes devidamente capacitados e qualificados para o atendimento educacional especializado. Para viabilizar essa proposta, aponta que a oferta de cursos de Libras aos profissionais da educação seria uma medida eficaz. Além disso, a professora considera que a utilização da inteligência artificial pode ser útil em situações pontuais, como na ausência de um intérprete. No entanto, ela alerta que, apesar de bem programadas, essas ferramentas utilizam o chamado “português sinalizado”, o que pode não atender de forma adequada às necessidades linguísticas dos alunos surdos no contexto escolar.

De acordo com a aluna entrevistada, a principal barreira para uma inclusão escolar de qualidade é a falta de preparo tanto dos professores quanto dos intérpretes.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

Além disso, ela destaca a carência de estrutura adequada em sala de aula, especialmente pela predominância de materiais com conteúdo escrito, os quais apresentam dificuldades de compreensão para os alunos surdos. A aluna também relatou que há um certo isolamento desses estudantes, ocasionado pelo desprezo e falta de empatia por parte de colegas ouvintes. Em sua opinião, seria fundamental a oferta de cursos de Libras para os professores e demais profissionais da escola, com o objetivo de promover uma comunicação mais efetiva e inclusiva entre todos os membros da comunidade escolar.

Na visão da intérprete, os profissionais que compõem o corpo docente e a equipe de intérpretes das escolas da cidade são, em sua maioria, qualificados e capacitados para atender aos alunos surdos tanto dentro quanto fora da sala de aula. No entanto, ainda assim, observa-se um isolamento significativo por parte desses alunos, que, na maioria das vezes, interagem apenas com o intérprete — e, em algumas situações, nem mesmo com ele. Segundo ela, a alta rotatividade de professores e intérpretes representa um desafio adicional para os estudantes surdos. Ainda que haja uma boa comunicação e um desenvolvimento satisfatório em sala, essa constante troca de profissionais pode gerar estranhamento e dificultar o processo de aprendizagem. Ela ressalta a necessidade de reivindicações voltadas à criação de espaços educacionais mais respeitosos e inclusivos, como, por exemplo, a implementação de uma escola polo para surdos. Essa iniciativa poderia centralizar o ensino, facilitar a transmissão e a recepção do conhecimento, além de possibilitar uma formação mais sólida e a ampliação do quadro de intérpretes nas instituições de ensino da cidade — o que traria benefícios significativos para os alunos surdos.

É possível observar também, que a infraestrutura escolar da cidade, muitas vezes não abrange a acessibilidade necessária para que esses alunos sejam recebidos de maneira adequada, não havendo materiais didáticos específicos ou até mesmo intérpretes cedidos pelo Governo do Estado para a escola a qual o aluno está matriculado. A partir da análise e dos quadros comparativos, foi possível evidenciar as principais dificuldades práticas enfrentadas no cotidiano das unidades escolares.

A implantação de uma escola polo inclusiva se mostra uma iniciativa relevante, especialmente ao considerar a integração entre alunos surdos e ouvintes. Para que essa proposta seja efetiva, é fundamental contar com profissionais fluentes em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), bem como intérpretes capacitados,

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

materiais didáticos adaptados e uma infraestrutura acessível que atenda às necessidades de todos os estudantes.

Adicionalmente, a utilização de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial (IA) pode representar um importante recurso de apoio no contexto educacional. No entanto, os aplicativos atualmente disponíveis ainda apresentam limitações significativas, como a falta de expressividade e fluidez nos movimentos dos avatares, além de traduções literais que resultam em uma comunicação caracterizada por um “português sinalizado”, o que compromete a eficácia da mediação linguística. Assim, é imprescindível o contínuo aprimoramento dessas ferramentas para que possam, de fato, contribuir para a inclusão e o aprendizado de qualidade no ambiente escolar.

Por fim, a alta rotatividade de professores e intérpretes se dá por diversas razões, principalmente em função da mobilidade urbana, por oportunidades melhores de salário ou de local, ou por questões pessoais do profissional. Ou seja, seria imprescindível a melhoria do local de trabalho, dos salários para esses docentes e o apoio em relação a mobilidade.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. **Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão.** Revista Agenda Política, v. 3, n. 2, 2015.

ANGNES, Juliane Sachser *et al*. **Um estudo sobre a educação do sujeito surdo na rede estadual de educação de Foz do Iguaçu-Paraná.** Holos, v. 8. 2016

BRASIL, Casa Civil, Ministério da Educação/Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva.**

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL, Lei nº 10.098/2000, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL, Lei nº 13.146/2015, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.**

BRASIL, Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.** Diário Oficial da União. Brasília. 2020.

BRASIL, Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). 1996.**

BRASIL, Lei nº 9.397/1996, de 20 de dezembro de 1996. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

Tribunal de Contas de São Paulo. **Perguntas e respostas**. Novo Fundeb. P. 10. 2021.

DECLARAÇÃO UNIVESAL DOS DIREITOS HUMANOS. Brasil. Unicef, 1948.

DEITOS, Roberto Antônio. **Políticas públicas e educação: aspectos teóricos-ideológicos e socioeconômicos.** Acta Scientiarum. Education, v. 32, n. 2, 2010.

ESPECIAIS, Educativas. Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades,** 1994.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Discursos políticos sobre inclusão: questões para as políticas públicas de educação especial no Brasil.** 27º Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, v. 27, 2004.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro**. 2022.

LIBERALESSO, Paulo. **Estudo etiológico e legislativo sobre a surdez**. Curitiba: UTP, 2011.

MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

MELLO, Guiomar. **Políticas públicas de educação.** Estudos Avançados, 1991.

MENDES, Instituto Rodrigo. **Educação inclusiva na prática.** Diversa, 2022.

MILANI, Carlos RS; PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública.** Contexto internacional, v. 35, 2013.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da educação dos surdos no Brasil. **Seminário de Pesquisa do PPE. Universidade Estadual de Maringá**, v. 2, 2015.

PARANÁ. Núcleo Regional de Educação. Secretaria do Estado. 2003.

PEREIRA, Edmilson; OLIVEIRA, Dalila. **Indicadores de Retenção e Rotatividade dos Docentes da Educação Básica.** Cadernos de Pesquisa, v. 46, n. 160, 2016.

Portaria Conjunta nº 02, de 15 de janeiro de 2018. Lex Magister. São Paulo. 2018.

PUGLISI, Maria Laura; FRANCO, Barbosa. **Análise de conteúdo.** 2005.
ROSSETO, Elisabeth; PIAIA, Tiareles. **A escola de educação básica na modalidade de educação especial no estado do Paraná.** Crítica Educativa, v. 1, n. 2. Sorocaba. 2015.

SANTOS, Luzmaia; BATISTA, Gustavo. **A educação dos surdos no Brasil: Aspectos históricos e a evolução da filosofia educacional especial.** Cadernos da Fucamp, v.18, n.33, 2019.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** Cengage Learning, 2014.

SOARES, Marcia Torres Neri. **Programa Educação Inclusiva Direito à Diversidade: estudo de caso sobre estratégia de multiplicação de políticas públicas.** Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SOUZA, Pedro Paulo. **Educação de surdos no Brasil: uma narrativa histórica.** Congresso Nacional de Educação. Editora Realize. 2018. p. 1-9.

TAYLOR, Matthew M. **O judiciário e as políticas públicas no Brasil.** Dados, v. 50, 2007.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

TORRES, Carlos; VIEIRA, Dalglish; JACOBOVSI, Renata. **Estrutura institucional na avaliação e monitoramento de políticas públicas: uma análise nos países do MERCOSUL.** Revista Brasileira de Administração Científica, v. 12, n. 2, 2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Ação – Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade.** Salamanca. 1996.

VENTURA, Magda Maria. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, v. 20, n. 5. Rio de Janeiro, 2007.

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23

APÊNDICES

FORMULÁRIO PARA ENTREVISTAS

1. Na sua escola possui uma acessibilidade adequada aos alunos com deficiência (visual, auditiva, mental, motora)?
2. A estrutura disponibilizada na sua escola é suficiente para ser colocada em prática a educação inclusiva?
3. Quais as maiores dificuldades que os alunos surdos encontram na escola?
4. Você tem alguma sugestão de ação para melhorar a educação inclusiva?
5. A inclusão do surdo no ensino regular com ouvinte é de boa qualidade?
6. No contexto burocrático, é muito difícil realizar a inclusão do aluno surdo?
7. É possível que o aluno escolha a escola que quer estudar?
8. O ensino do aluno surdo com o aluno ouvinte é importante para o crescimento dele como adulto?
9. E se existisse uma escola somente para surdos do ensino fundamental e médio, seria melhor?
10. O que o governo do Estado poderia fazer para melhorar o atendimento desses alunos?
11. As leis amparam a inclusão?

Versão Final Homologada
07/08/2025 19:23